

Aprovado fundo contra violência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a emenda de criação de um Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas. A medida ainda terá de ser votada pelo plenário do Senado e não precisa de sanção do presidente da República por se tratar de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

O fundo receberá recursos arrecadados pela União no combate ao contrabando e à lavagem de dinheiro, na

cobrança de impostos, na coleta de doações de pessoas físicas e jurídicas e na venda de bens da União.

A expectativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que, apesar de ter apresentado a proposta, não participou da votação por estar em tratamento médico em São Paulo, é de que o fundo contará com, no mínimo, R\$ 3 bilhões, que deverão ser usados em ações de prevenção e de combate ao crime e no atendimento às vítimas.

Na mesma sessão, a CCJ do Senado adiou duas votações, uma delas das propostas sobre a unificação das polícias e outra da repressão ao crime organizado. A medida para tornar inconstitucional a separação entre as polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária foi proposta pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O relator da PEC, senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou que é contra a medida, pois entende que cabe aos secretários de Segurança Pú-

blica comandar, da forma que melhor entender, as polícias dos estados.

Desde a comoção causada pelo assassinato do menino João Hélio Fernandes, seis anos, arrastado por sete quilômetros no dia 7 de fevereiro no Rio de Janeiro, o Congresso aprovou uma série de propostas de segurança pública. Dois projetos já foram votados no Congresso e seguem para sanção do presidente. Outros ainda aguardam votação.